

Economia.

Fila anda cada vez mais rápido no mercado de trabalho
Págs. 42 e 43

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gasetadinheiro

BÔNUS DO PETRÓLEO COMBUSTÍVEL PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Novo plano quer dar R\$ 15 bi a áreas



Plataforma de petróleo: projeto apresentado por senadores defende uso integral dos recursos do bônus de assinatura do campo de Libra no ensino e na saúde infantis

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

DE BRASÍLIA

Os senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentaram um projeto de lei que obriga o governo a destinar, para um fundo de financiamento de educação básica e saúde infantil, 100% dos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção

nos blocos de petróleo e gás na área do pré-sal.

Pela regra do marco regulatório do setor aprovada em 2010, essa aplicação no Fundo Social é apenas genérica: para combater à pobreza e desenvolvimento da saúde, educação e outras áreas – sujeita, portanto, a decisões políticas e de gestão.

Os dois parlamentares agilizam a proposta por

causa da “bolada” que cairá na mão do governo federal referente ao campo de Libra, na bacia de Santos, que será licitado pelo novo regime de partilha em outubro.

O campo pode produzir até 12 bilhões de barris, mas o dinheiro dos bônus (pagamento que a empresa vencedora do leilão faz quando assina o contrato de exploração) não tem

vinculação definida.

A estimativa do Ministério de Minas e Energia, alertou Ferraço em plenário, é de que os bônus de Libra vão gerar R\$ 15 bilhões, recursos que o governo pode usar para cumprir a meta fiscal do superávit primário ou bancar o custeio da máquina.

“Estabelecemos clara prioridade: a destinação dos bônus para educação

básica e saúde infantil será integral, em vez de parcial. Assim, asseguramos e aumentamos fontes de financiamento para a melhoria do capital humano e das gerações futuras no Brasil”, justifica o texto.

INSUFICIENTE

Os dois senadores consideram insuficiente o projeto aprovado no Senado que destina parte dos

recursos dos royalties do petróleo para educação. A proposta, conforme Ferraço, também vai na contra-mão do custo público elevado com alunos do ensino superior, o que considera “o avesso do avesso do avesso” na prioridade de investimentos. Fora isso, ainda há a briga judicializada pelos royalties do petróleo entre entes produtores e não produtores.

Poupança do pré-sal já tem R\$ 664 milhões

RIO

▄ O Fundo Social para investir royalties do petróleo, anunciado em dezembro de 2010 pelo governo federal, até hoje não está em operação, porque o documento que vai definir suas regras ainda não foi publicado.

O Ministério da Fazenda afirmou “a regulamentação está em andamento”. Pela lei, não há prazo para que isso seja feito. Enquanto espera a regulamentação, o Fundo Social já acumulou R\$ 664.233.640, segundo a Agência Nacio-

nal do Petróleo (ANP).

O Fundo Social é uma espécie de poupança formada pelos recursos que a União recebe na produção do petróleo da camada pré-sal e não tem participação dos Estados e municípios. No dia 14 de agosto, o Congres-

so aprovou o projeto de lei que destina 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde. Além disso, reserva metade do valor total do Fundo Social a investimentos em educação e saúde.

O último passo para que

o destino do dinheiro do Fundo Social seja oficializado é a sanção da presidente Dilma Rousseff. Ela era contra usar o capital principal do fundo, e defendia a aplicação só de 50% do rendimento dele na educação.

Segundo o Ministério da Educação, o governo aceitou sancionar o texto depois de um acordo com os depu-

tados para que eles discutissem um novo projeto de lei, prevendo a transição, nas próximas décadas, do modelo defendido pela Câmara (uso imediato de parte do capital principal do fundo) para o modelo sugerido por governo e Senado (manter o capital principal na poupança e gastar só os rendimentos nas áreas sociais).